



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682615 - MG (2021/0234002-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FABRÍCIO XAVIER DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : JEAN MOURA GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABRÍCIO XAVIER DA SILVA e JEAN MOURA GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.056468-8/000).

Os pacientes encontram-se cumprindo pena em regime fechado.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar o afastamento da prescrição da falta grave cometida pelos pacientes em 23.03.2020, aduzindo que deve ser aplicado o art. 112, § 7º, da Lei de Execução Penal, à luz das alterações introduzidas pela Lei n. 13.964/2019 que prevê a prescrição da indisciplina grave após 12 meses de seu cometimento.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado, a fim de que os pacientes aguardem em liberdade até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reformado o acórdão atacado, com o afastamento dos reflexos da falta grave, aplicando-se o art. 112, § 7º, da LEP, deferindo-se o livramento condicional e expedindo-se o competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 327/329):

Inicialmente, tendo o impetrante alegado a ocorrência da prescrição da falta, tenho que o pleito deve ser analisado em sede de preliminar, uma vez que prejudicial do mérito.

Sustenta o impetrante, em síntese, que o entendimento jurisprudencial de que o prazo prescricional a ser observado é o previsto no artigo 109, VI, do Código Penal “deve ser revisto e superado à luz da Lei 13.964/2019, o denominado Pacote Anticrime, que inovou na matéria ao prever, expressamente, o prazo de 12 (doze) meses para a restrição de benefício carcerário decorrente da prática de falta grave”, salientando que “ao regular o prazo de 12 meses como critério objetivo para o livramento

condicional, o legislador alterou qual norma deve ser utilizada, por analogia, para aferição da prescrição da falta disciplinar”.

Razão não lhe assiste.

Embora a lei penal não preveja expressamente a prescrição das faltas disciplinares, a imprescritibilidade das sanções penais é vedada, como regra, pela Constituição da República, sendo que as exceções se encontram expressamente previstas nos incisos XLII e XLIV, do seu artigo 5º.

Omissa a lei, necessário buscar a solução no próprio sistema. No caso, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica no sentido de que se deve aplicar, por analogia, a regra de prazos prescricionais insculpida no artigo 109, do Código Penal. E como as infrações disciplinares constituem um “minus” em relação ao crime, o lapso prescricional deverá ser aquele mais exíguo, ou seja, de dois anos, se anterior à Lei 12.234 de 05/05/2010, ou três anos quando posterior, porquanto é o menor lapso prescricional previsto no mencionado dispositivo.

Ao contrário do que alega a douta defesa, tenho que a nova redação do artigo 83 do Código Penal, após as alterações trazidas pela Lei 13.964/2019, não tem o condão de alterar esse posicionamento.

[...]

Nota-se que se trata de previsão referente exclusivamente ao Livramento Condicional, enquanto a prescrição da falta grave gera impactos em toda execução da pena.

Assim, embora não desconheça a existência de voz em contrário, tenho que a previsão do requisito para concessão do livramento condicional não pode ser interpretada como prazo para prescrição da falta grave, devendo prevalecer o entendimento já explanado linhas acima, qual seja, de que o prazo prescricional a ser observado é o previsto no artigo 109, VI, do Código de Processo Penal.

[...]

Destarte, não tendo transcorrido lapso temporal de três (03) anos, não há que se falar em prescrição da falta grave.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência